

A menina trans e a menina lésbica: quem tem medo de criança subversiva?

ARTIGO

Daniela Maroja Ribeiroⁱ 

Universidade Federal de Goiás, Cidade de Goiás, GO, Brasil

Rodrigo da Paixão Pachecoⁱⁱ 

Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás), Goiânia, GO, Brasil

1

Resumo

O presente artigo tem como objetivo, a partir de duas experiências com crianças de campos empíricos de distintas pesquisas, pensar a tensão e a aproximação, entre as categorias “subversão infantil” e “adultocentrismo”, a partir de uma análise de conteúdo. Diante do medo que as adultas demonstram ter das crianças (Gaitán, 2024), elas surpreendem a partir de falas e/ou intervenções em situações inusitadas. São capazes ainda de destruir a representação adulta calcada em uma imagem caracterizada pelo prefixo “in”: in-completas, in-capazes, in-maturas. Os relatos nos provocam a reflexão de como, no lugar de sujeitas de direito, as meninas subvertem a expectativa. Para tanto, o artigo está dividido em três partes: 1) o cruzamento entre gênero e infância; 2) apresentação e contextualização dos campos de participação; 3) implicações e reflexões intergeracionais. Por fim, conclui-se pela necessidade da (des)hierarquização entre gerações, condicionada ao fim do medo adulto.

Palavras-chave: Adultocentrismo. Criança Trans. Lesbianidade. Sexualidade na Infância. Intergeracionalidade.

The trans girl and the lesbian girl: who's afraid of a subversive child?

Abstract

This article aims to consider the tension and similarity between the categories “childhood subversion” and “adultcentrism” based on two experiments with children from different empirical research fields, based on a content analysis. Given the fear that adults demonstrate towards children (Gaitán, 2024), they surprise children by speaking and/or intervening in situations that are unusual for adults. They are also capable of destroying the adult representation based on an image characterized by the prefix “in”: incomplete, incapable, immature. The stories provoke us to reflect on how, instead of being subjects of rights, girls subvert adult expectations. To this end, the article is divided into three parts: 1) the intersection between gender and childhood; 2) the presentation and contextualization of the fields of participation; 3) intergenerational implications and reflections. Finally, it is concluded that there is a need for (de)hierarchization between generations, conditioned on the end of adult fear.

Keywords: Adultcentrism. Trans Child. Lesbianity. Childhood Sexuality. Intergenerationality.

1 Introdução

2

Lourdes Gaitán (2024), em entrevista¹ realizada por Maroja (2025), a partir de seu lugar de fala da Sociologia da Infância, discorre bastante sobre a preocupação com que vê o movimento dúbio e contraditório do aumento da presença pública e da participação das crianças, sobretudo em temas que lhes interessam e/ou lhes dizem respeito.

Isso porque, ao mesmo tempo, a autora diz perceber (ao menos na realidade espanhola) uma resposta mais ou menos direcionada por parte das adultas, no mesmo sentido, mas com uma intenção oposta: calar, intervir, censurar e regular o que pode ou não ser dito pelas crianças e adolescentes do presente, em determinados contextos, sobretudo em temas considerados polêmicos, como o da sexualidade e do acesso à pornografia infantil². Segundo Gaitán (2024), tal postura oculta um “medo adulto” das crianças.

A pergunta a ser feita, entretanto, é: por que partimos de Gaitán (2024) — uma autora espanhola — se temos tantas outras pesquisadoras brasileiras competentes que estudam também crianças e infâncias? A exemplo das professoras Márcia Gobbi, da Universidade de São Paulo (USP), que estuda os desenhos e expressões das crianças como fonte histórica; da professora Sônia Kramer, emérita da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), referência nos estudos da Sociologia da Infância brasileira; Lea Tiriba, da Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO), com um trabalho notável sobre a inseparabilidade entre corpo, educação infantil e natureza; na literatura, as pesquisadoras Kiusam de Oliveria e Sônia Rosa, que possuem obras magnitude ímpar contra o racismo, defesa da reapropriação positiva da imagem e representação da

¹ Realizada em 08 fev. 2024, em Madri. Ainda não publicada.

² Em 2023 e meados de 2024, esse, juntamente com os debates sobre a legalização do processo de transexualização infantil, era um dos temas mais relevantes no debate público sobre a infância em todo o cenário político espanhol.

população preta e dos direitos humanos voltadas ao incentivo à participação, formação e cidadania íntima³ das crianças na discussão desses temas; entre tantas outras autoras.

A referência inicial a Gaitán (2024), contudo, não se trata de mero eurocentrismo — distanciando-se, portanto, do posicionamento decolonial do poder e do saber partilhado pelas autoras deste trabalho. Trata-se, antes, da oportunidade de um contato mais direto com a pesquisadora, possibilitado por um período de doutorado sanduíche realizado em 2023, em Madri, na Espanha, no âmbito da pesquisa de doutorado de Maroja (2025)⁴. Nesse contexto, a autora pôde recorrer às contribuições de um país que figura como o terceiro no mundo a aprovar tanto o casamento homossexual igualitário quanto a dupla maternidade/paternidade, com seus respectivos desdobramentos sociais.

A proposta era realizar um estudo intergeracional comparado das famílias compostas por pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) brasileiras e espanholas, bem como a maneira com que se dava as disputas contra-hegemônicas nesse campo permanentemente tensionado. Não só na América, como também em toda a Europa, trata-se de um momento vertiginoso para a extrema direita ultraconservadora, no qual se observa que, para toda conquista ou avanço que nasce para as minorias, populações dissidentes e *outsiders*, parece haver como resposta um retrocesso, na mesma medida ou com força superior.

O resultado, no entanto, acabou sinalizando preocupações que inicialmente não haviam sido consideradas, como a forte presença do paradigma “adultocentrado” em diversas instâncias espanholas.

Por outro lado, em terras brasileiras, no mesmo ano, Pacheco (2024) realizava um profícuo campo empírico de sua pesquisa intitulada: “Com os olhos de criança: diversidade e diferenças demarcando os modos de ver o mundo”, na qual ele constata, especialmente em seu lugar de pesquisador adulto, o poder representativo e a capacidade

³ Conceito proposto por Nogueira e Silva (2004), analisado por Fernandes (2009) e apropriado como categoria central na tese de Maroja; Siqueira (2025).

⁴ “Entre a dor e o amor: Parentalidades Lésbicas, cidadania íntima e sociabilidades infantis na Educação”. 261 p. (Tese). Programa de Pós-Graduação em Educação. PUC-Goiás: Goiânia, 2025.

de articulação, negociação e vontade de uma menina de gritar para o mundo — sobretudo em um espaço seguro, propiciado pelo distanciamento da família de origem — *por que* veio e *a quê* veio, afirmando, com muito orgulho, seu lugar identitário e suas percepções políticas sem qualquer receio⁵.

Essa também se mostra uma discussão pertinente se considerarmos que só há muito pouco tempo na história, a partir da década de 1970, é que surgem as primeiras representações negativas sobre família, que podem também ser caracterizadas como “[...] espaços de violências, lutas e conflitos múltiplos, em face da predominância de estruturas e lógicas hierárquicas e não igualitárias, em termos de sexo e geração” (Mello, 2005, p. 30). E não somente como espaços primários de afeto, acolhimento, respeito e pertencimento; lugar que oferece as condições ideais para o saudável desenvolvimento da identidade em toda sua multiplicidade, inconstância, incoerência, instabilidade e mutabilidade.

Sobretudo, ainda mais, se consideramos o paradigma “adultocentrado” e a persistente religiosidade ainda presente nos espaços familiares brasileiros (Pacheco, 2024). Afinal, a família ocidental, tradicional, patriarcal, nuclear e hegemônica, como uma instituição historicamente conservadora, cuja preservação é especialmente valorizada pelo Estado em função de interesses econômicos relacionados ao controle da propriedade e do capital (Canevacci, 1985). Nessa perspectiva, ela reproduz e assimila as mazelas da sociedade na qual ela está inserida.

Segundo Meirieu (1998), o ato de “deixar” ou simplesmente “permitir” que a criança *seja* e *esteja* inteira com tudo que ela é e traz de referenciais sociais, culturais e vivenciais — dificuldades de tantas famílias e espaços de sociabilidades — é o que nós, adultas⁶, precisamos aprender para não fracassar na tarefa de mediar/educar as novas gerações, “[...] pois é preciso criar condições para que os mais jovens se expressem com

⁵ Campo empírico salvaguardado pelo Parecer nº 5.644.871 do Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-Goiás.

⁶ Por uma escolha política e epistemologicamente feminista, bem como alinhada ao conteúdo substancial do texto, centrado nas subversões protagonizadas somente por meninas, utilizaremos, em todo o artigo, a flexão de gênero no feminino como regra universal.

autenticidade e criem suas próprias histórias — algo que não aconteceu com as gerações passadas” (Meirieu *apud* Maroja, 2025, p. 137).

Não é difícil entender por que, enquanto geração, já começamos fracassadas, no sentido colocado por Meirieu (1998): parece que nós, as adultas, padecemos de falta de memória acerca daquilo que sofremos, quando crianças e adolescentes, com a imposição ou necessidade de nos moldarmos conforme os desejos das adultas. “É algo que nos toca tão de perto, algo tão íntimo, que sua evocação nos estremece. Porque sabemos perfeitamente que participamos nesse projeto, embora nos dê medo” (Meirieu, 1998, p. 18). Daí a causa mais profunda do medo de que fala Gaitán (2024) e que é manifestado por vezes como um pânico moral adulto.

Inclusive, podemos falar aqui de um medo que produz efeitos inversos e contraditórios: o medo da não proteção — quando, de fato, elas necessitam de cuidado, mas a vergonha silencia e impossibilita o diálogo — e a consequente permissividade. Não se trata de progressismo, mas de uma compensação pelas faltas, ausências e negligências na criação e educação (hooks, 2021), como observa hooks em uma de suas últimas e mais inovadoras obras, *Tudo sobre o amor*.

No mesmo sentido, Bazílio e Kramer (2011, p. 133) ponderam que o próprio “[...] reconhecimento do papel social da criança tem levado a muitos adultos a abdicarem de assumir seu papel. Parece que usam a concepção de ‘infância como sujeito’ como desculpa para não colocar regras, não expressar seu ponto de vista, não se posicionar”. E quando o fazem, muitas vezes, é a partir de um autoritarismo impositivo de valores estritamente unilaterais, sem diálogo.

Vejamos, então, todas as premissas que consideramos necessárias a essa discussão, apresentando o presente artigo em três partes: 1) o cruzamento entre gênero e infância; 2) apresentação e contextualização das duas meninas e seus respectivos campos de participação; 3) as implicações e as reflexões intergeracionais sobre o tema.

Aproveitamos para justificar que, por uma escolha política e epistemologicamente feminista, bem como alinhada ao conteúdo substancial do texto, centrado nas subversões

protagonizadas somente por meninas, utilizaremos, em todo o artigo, a flexão de gênero no feminino como regra universal.

2 Uma escolha política: o cruzamento entre gênero e infância

6

Não há nada de aleatoriedade em escolher, entre tantas crianças participantes destes dois campos de pesquisa, justamente duas meninas para esta análise. De certa forma, elas mesmas se escolheram quando ousaram, em espaços organizados e delimitados por pesquisadoras adultas, transgredir e subverter *o modus operandi* das propostas pré-formatadas em ambos os contextos.

Não há dúvidas de que criar e educar meninas é algo muito distinto do que fazê-lo com meninos, e o trabalho de Machado e Salva (2024) traz importante contribuição para o campo, sobretudo quando inclui as representações sociais que as próprias crianças têm de si relativamente à imagem representacional de suas identidades de gênero⁷. Já sabemos que as crianças são importantes agentes de assimilação, validação e influência entre pares (Einsenberg, 1999). Ou seja, elas, de fato, preocupam-se com o que seus pares pensam sobre si e como os veem.

Já sabemos também, como bem lembram Nascimento; Sobral e Carvalho (2022, p. 5), que “[...] as crianças ficam mais descontraídas quando estão com um amigo em vez de a sós com o adulto. Ajudam-se uns aos outros nas respostas. Também se vigiam umas às outras e vigiam a mentira”.

É preciso lembrar que “[...] algumas situações, no entanto, podem ser evitadas para que o inesperado se apresente, considerando que o inusitado, o surpreendente não ocorra em decorrência da intervenção do adulto, mas na significação da criança”. (Machado; Salva, 2024, p. 9). Isso diz muito sobre a diferença e o desafio entre se pesquisar *sobre* crianças e pesquisar *com* crianças.

⁷ Gênero socialmente construído e autopercebido, não necessariamente coerente e linear com o sexo/órgão genital biológico.

Para abordar esse tópico, portanto, não se pode ignorar que a posição periférica das mulheres e crianças não se dá somente na sociedade, mas inclusive nos campos científico e epistemológico. Isso porque a sociedade não é somente “androcêntrica”, mas também “adultocêntrica”. Segundo Marchi (2016, p. 390), “a infância é vista como uma categoria ‘normal’ e por isso facilmente ‘transformável’ em natural, tal como acontecia até pouco tempo atrás com ‘sexo’ e ‘raça’”.

Nesse mesmo sentido, a autora agrega ainda que os estudos de gênero “têm modificado a produção de conhecimento no que diz respeito às ações das mulheres, mas não têm, contudo, feito o mesmo com relação às crianças, que continuam sendo vistas como não atores da sua socialização” (Marchi, 2016, p. 392).

Portanto, para Maroja (2025, p. 59) “talvez isso justifique o fato de que nem mesmo as teorias feministas conseguiram abordar satisfatoriamente o cruzamento entre gênero e infância, pelo motivo de que as meninas não seriam propriamente mulheres, mas ainda um ‘vir a ser’”.

E — ainda mais por isso — talvez cause espanto e estranheza a manifestação de duas *meninas* contrariamente ao que lhes é ensinado desde pequenas (para além do que é ensinado a *todas* as crianças, independente do gênero): “sentar-se de pernas fechadas, falar baixo, não xingar, ser discreta, não demonstrar interesse, cuidar dos irmãos. São alguns exemplos de *performances* específicas e emblemáticas que produzem a categoria ‘ser menina’ durante a infância” (Maroja, 2025, p. 59).

2.1 Apresentação das duas meninas em seus contextos de subversão⁸

2.1.1 Madri, Espanha – Cloe⁹, 12 anos – menina trans.

⁸ Nesse tópico o texto será escrito em primeira pessoa do singular considerando a experiência individual de cada pesquisadora.

⁹ Nome real da criança que se tornou “celebridade mirim” na mídia espanhola, representando a luta de crianças e adolescentes trans e suas famílias. Segundo art. 1º da Resolução CNS nº 510/16 e Lei 12.527/2011, não é necessário parecer de Comitê de Ética para informações de domínio público. Disponível em: Instagram, YouTube e RTVE (acesso em 24 mar. 2025).

Tive a oportunidade de conhecer Cloe, em setembro de 2023, nas XIII Jornadas de Famílias LGBTI+: Activismo y Diversidad Familiar contra el odio, realizado anualmente pela Federação Espanhola LGBT (entidade oficial do país), que reúne as principais associações do coletivo.

Foram dois dias imersivos que coincidiram com o período em que estava em Madri por ocasião do doutorado sanduíche. Como a discussão da minha pesquisa permeava a relação direta das famílias homoparentais com a escola das filhas, em uma abordagem intergeracional comparada, ainda que eu não fosse propriamente fazer um campo ali, as discussões propostas naquele evento muito me interessavam. Pensei que participar como observadora (com diário de campo) e, ao mesmo tempo, como participante, seria muito rico, como de fato o foi.

Como o evento era sobre “Famílias LGBT” e num formato imersivo — com alojamento e em uma área rodeada por bosques e opções de lazer — o próprio lugar e formato já foram pensados para que as crianças estivessem presentes. Havia ainda uma intensa programação pensada para as adultas, por isso a comissão organizadora contratou um grupo de educadoras para criar uma programação específica para as crianças, enquanto suas mães e pais participavam das mesas temáticas e oficinas.

Contudo, é importante destacar que, na programação oficial do evento, havia apenas uma oficina que previa a participação conjunta de mães, pais e crianças. A partir do livro *Invisível – histórias para contar a dois* (tradução própria), de Eloy Moreno, realizou-se a atividade com bastante ânimo e interesse por parte das crianças. Elas estavam visivelmente desfrutando em fazer algo com as mães/pais, já que o evento havia separado “programa de adulto” e “programa de criança” e aquele era o único momento pensado para tanto.

Figura 1 – Oficina: Autoestima e resiliência em famílias LGBTQ+



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora

Até que, ao final do primeiro dia, algumas crianças decidiram “debandar” das atividades propostas pelas educadoras e ir brincar na parte externa, em um espaço de muito verde, rodeado por bosques paradisíacos e quadras esportivas. Realmente muito mais atraentes do que as paredes de uma sala fechada, dentro das quais elas provavelmente já tinham que estar todos os dias da semana em suas escolas.

Vejamos o injusto contraste:

Figura 2 – Comparativo parte interna/externa do evento



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora

Ainda que as atividades propostas pelas educadoras tenham sido de qualidade, criativas e relacionadas à exploração e ao conhecimento da flora, da paisagem e da geografia locais, não havia comparação com as possibilidades de fora. Eu, como boa observadora participante, observava, curiosa, todos os movimentos delas lá de dentro, por meio de uma janela com vidro transparente. Assim, as crianças, provocadas pela revolta de Cloe, começaram a negar a programação pensada *para* elas, *sem* elas: “queriam só jogar!”.

Fernandes (2009) lembra a importância, quando estamos falando de direitos de participação das crianças, da centralidade de três categorias: *sujeição, negociação e negação* frente à ordem e/ou imposição da adulta. As crianças estavam, naquele contexto, evidentemente negando a programação e tentando uma negociação de novas condições para sua participação e bem-estar naquele evento.

A coordenação do evento, então, chamou algumas mães e pais para que autorizassem suas filhas a brincarem “sozinhas” lá fora. Chamou-me atenção dois pontos: a) a postura de controle e superproteção de algumas (González *et al.*, 2002; Garcia *et al.*, 2007) (receio condicionado pela homofobia social de que poderia “não ser seguro”); b) a confiança incondicional de outras que, imediatamente, autorizaram.

A mãe de Cloe — já conhecendo a filha e imaginando, inclusive, que havia sido uma ideia dela — autorizou-a de imediato, juntamente com os irmãos, a brincarem lá fora, dizendo: “aposto como foi Cloe que agitou o restante para ir para fora! Ô filha agitadora social que eu tenho”. E riu.

Como se não bastasse a “insubmissão” de Cloe, a última atividade proposta para o fechamento do evento no segundo dia era uma roda de conversa para compartilhar as histórias das famílias. Contudo, as crianças não haviam sido oficialmente pensadas e/ou incluídas nessa programação.

Obviamente, Cloe novamente não se sujeitaria ao posicionamento “adultocentrado” de sequer perguntar às crianças se gostariam de participar da conversa. Ela se fez presente, e mesmo sem não ter sido oficialmente convidada ou perguntada se

gostaria de dar seu depoimento ou falar alguma coisa, ela pediu a palavra em um momento delicado, de intensa emoção no qual as adultas presentes não estavam conseguindo lidar.

Tratava-se de um reencontro para reconciliação da mãe e do pai com a filha lésbica — 20 anos depois sem se verem — por não aceitarem sua orientação sexual. Enquanto eles se abraçavam e choravam, todas as adultas presentes se mostravam muito emocionadas, com lágrimas nos olhos e sem conseguir dar seguimento ao evento. Um longo silêncio se fez presente. Cloe, então, pediu a palavra e simplesmente disse, contornando a situação da melhor maneira:

“É que vocês têm sorte de ter uma filha como ela, e ela de ter uns pais como vocês. É tanto amor que por isso às vezes é tão difícil consertar as coisas” (Cloe – depoimento na roda de conversa das XIII Jornadas de Famílias LGBTI+. tradução própria. Madri – Espanha, set. 2023).

Após ser aplaudida de pé por todas as presentes, disse que gostaria de contar a sua história, já que seus pais não eram LGBT (mas ela, sim, pertencia às “letrinhas” LGBT e havia tirado a mãe e o pai do armário à força). Nessa hora, todo o recinto se calou. Percebi que muitas pessoas, inclusive eu, até então não sabiam que Cloe era uma garota trans. Muito menos que já tinha aparecido na televisão e se tornado uma “celebridade mirim” espanhola, símbolo da luta das crianças e adolescentes trans e suas famílias na Espanha. Depois de alguns segundos de silêncio, ela começou a contar:

“Com 8 anos, um dia eu simplesmente cheguei da escola e disse: ‘mamãe, eu sou uma menina!’. E choramos e nos abraçamos. Depois ela me disse que parecia que sabia desde os meus 3 anos. Então eu pedi para ela fazer uma conta no Instagram para compartilhar meus desafios e mostrar para as outras crianças, mães e pais o quanto era importante a aceitação e o apoio de sua família” (Cloe – depoimento na roda de conversa das XIII Jornadas de Famílias LGBTI+. tradução própria. Madri – Espanha, set. 2023).

Diante da emoção que tomou conta da mãe e de todas as presentes, houve uma série de perguntas, especialmente em relação à escola (tema de grande interesse no evento):

“Como você lida com os comentários, as atitudes das colegas?”

“Eu não acho ruim que me vejam como estranha nesse mundo entediado que todo mundo quer ser igual” (Cloe – depoimento na roda de conversa das XIII Jornadas de Famílias LGBTI+. tradução própria. Madri – Espanha, set. 2023).

Transcrevo aqui alguns diálogos que ela nomeou como “esgotantes” com colegas na escola:

“1) Você ainda não se arrependeu de...? [e a garota não conseguiu completar a frase, apenas lhe apontou da cintura para baixo].”

Não, e pelo jeito você também não se arrepende das coisas que já me falou e logo vejo que você vai continuar igual e seguir falando.”

“2) Mas se você é uma menina, porque só fica vestindo roupas de menino?”

“Ai, você nasceu em que século? Não posso nem estar leve e confortável com a roupa que eu quero e sendo eu em paz?” (Cloe – depoimento na roda de conversa das XIII Jornadas de Famílias LGBTI+. tradução própria. Madri – Espanha, set. 2023).

Assim seguiu Cloe: insubmissa, “agitadora social” e negociadora de lugares de fala que subvertem a lógica adulta. Ela agradeceu à mãe e ao pai por todo o apoio, dizendo que não sabe como sua seria vida sem o apoio deles (que estavam presentes e muito emocionados) e mencionou também a importância das crianças (havia uma outra criança trans no evento) entenderem o tempo de suas mães e pais, já que se tratava de uma “saída forçada do armário”.

Depois, pediu licença e foi brincar com as amigas, com a naturalidade de quem cotidianamente precisa aprender a incorporar sua sexualidade como apenas mais um âmbito de sua vida.

2.1.2 Goiânia-GO, Brasil – Menina 1¹⁰, 11 anos – menina lésbica

A menina 1 fez parte, junto a outras sete crianças, de um grupo participante do campo empírico proposto na pesquisa de Pacheco (2024). Foram seis encontros com dinâmicas e atividades lúdicas organizadas para conhecer suas percepções sobre a

¹⁰ Por exigência do Comitê de Ética foi utilizado a nomenclatura “criança 1” em substituição ao nome verdadeiro da criança. Nota-se que o esvaziamento do atributo de “sujeita” da criança se dá como condição para sua participação no campo empírico. Aqui, utilizamos “menina 1” para identificação de seu gênero.

diversidade e as diferenças. O objetivo da pesquisa foi o sentido da diferença e da diversidade na perspectiva das crianças.

O Plano de Trabalho pensado e construído para a realização do campo empírico foi dividido da seguinte maneira: Encontro 1) imagem e ação – com o objetivo de vivenciar dinâmicas de quebra gelo sendo o primeiro contato das crianças com a temática da pesquisa; Encontro 2) bricolagem – com o objetivo de conhecer o que as crianças falam/conhecem sobre igualdade, diferença e desigualdade; Encontro 3) roda de conversa sobre o vídeo da Natura do dia dos pais¹¹ – com o objetivo de identificar como as crianças veem a questão das diferenças/diversidade (qual/quais conseguem identificar); Encontro 4) roda de conversa sobre o vídeo do Burger King ¹² – com o objetivo de identificar como as crianças veem a questão das diferenças/diversidade (qual/quais conseguem identificar); Encontro 5) roda de conversa sobre o vídeo da Avon¹³ – com o objetivo de identificar como as crianças veem a questão das diferenças/diversidade (qual/quais conseguem identificar); e, por fim, o Encontro 6) carta aos produtores das propagandas – com o objetivo de verificar a reação das crianças em relação aos vídeos apresentados nos últimos três encontros.

O primeiro encontro foi realizado em 17 de novembro de 2022, nas dependências do Centro de Educação Comunitária de Meninas e Meninos (CECOM) de Goiânia-GO. Na ocasião, três crianças participaram de uma dinâmica na qual a proposta era ela escolher uma palavra para dizer sobre: a) o que sabia; b) o que não sabia; c) o que lhe contaram e; d) o que achava sobre ela. A menina 1 se destacou na dinâmica, escolhendo a palavra mulher. E respondeu da seguinte forma:

O que eu sei sobre mulher:

“É que ela pode ser o que ela quiser e também ela pode liderar a própria vida porque quando a criança cresce ela não é mais criança, então é só isso” (Dados

¹¹ Trata-se de uma propaganda da campanha do Dia dos Pais de 2021 da Natura. No vídeo, o viúvo do ator e humorista Paulo Gustavo faz uma exposição acerca do sonho e da realização de ser pai.

¹² A rede de *fast-food* lançou uma campanha, no mês do orgulho LGBTQIAPN+, em que crianças expõem de forma muito natural a constituição de suas famílias pertencentes à comunidade.

¹³ Também se trata de uma propaganda em que uma diversidade de pessoas é apresentada (brancas, pretas, LGBT, entre outras) utilizando os produtos Avon.

da pesquisa empírica de Pacheco, 2024).

O que eu não sei sobre mulher:

“Eu acho que como o bebê cresce na barriga da mulher. Quando cresce o bebê”
(Dados da pesquisa empírica de Pacheco, 2024).

O que me contaram sobre mulher:

“Muitas pessoas ficam conversando por aí, xingando as pessoas de puta, e as mulheres de várias coisas, mas eu acho que isso é muito errado, porque não é a mulher que fica atrás do homem, às vezes é, mas não é. Também já me disse várias coisas sobre mulher, que tipo assim, as meninas fazem muita briga comigo, né? Coordenadora disse que eu não tenho que ligar, porque eu não sou essa coisa, então é só isso mesmo. Elas me chamam de puta, me chamam de feia, me chamam de gorda, me chamam de várias coisas. Tipo assim, eu acho injustiça. Porque tipo assim, a gente não faz nada com elas para elas tá xingando a gente de alguma coisa” (Dados da pesquisa empírica de Pacheco, 2024).

O que eu acho sobre mulher:

“Eu vejo mulheres com roupa curta, mulheres com roupa grande, mulheres trans. Tipo assim eu vejo várias pessoas sendo xingadas assim. E acho que ninguém merece ser xingada assim por outras pessoas. Então eu vejo isso direto lá do lado da minha casa, tem várias pessoas que começam a xingar, sabe? Homem que xinga mulher de puta, xinga várias coisas. E assim, dá vontade de descer e falar várias coisas, mas como eu sou uma criança e também, mesmo se eu fosse adulta, eu não iria porque eu podia arrumar várias consequências pra minha vida” (Dados da pesquisa empírica de Pacheco, 2024).

O segundo encontro com as crianças ocorreu no dia 21 de novembro de 2022 e contou com a participação de sete crianças. Durante a dinâmica, cada criança escolheu um cartaz, que poderia conter figuras relacionadas à igualdade, à desigualdade ou à diferença, e explicou o motivo de sua escolha. A Menina 1 escolheu o cartaz da igualdade e justificou sua escolha:

“Porque a Igualdade ela igual para todos né. Tipo essa daqui (aponta para o cartaz), essa daqui são todas iguais. Então a igualdade é muito bom porque as pessoas não precisam ser diferentes com todo mundo. Essa daqui são todas diferentes, só que todos nós somos igual não importa a cor” (Dados da pesquisa empírica de Pacheco, 2024).

O terceiro e o quarto encontro da pesquisa de campo com as crianças, realizado nos dias 22 e 23 de novembro de 2022, contaram com a participação de sete e oito

crianças, respectivamente. Seguindo a dinâmica do encontro, as crianças responderam às perguntas relacionadas ao vídeo assistido da propaganda do Dia dos Pais do Burger King.

Figura 3 – Dinâmica com a campanha do Dia dos Pais do Burger King



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador.

A pergunta feita foi: “O que mais chamou atenção de vocês? Por quê?”

“Foi... o sonho dele de ser pai. Do Paulo. Porque é sonho de todo homem, né? Ser pai. Isso me mexeu muito. Porque assim, eu nunca pensei que dois homens poderia ter um filho. [...] eu gostei muito, porque tipo assim é coisa bem boa pra pessoa reconhecer quem ela é de verdade. Porque muitas pessoas sofrem. Sofrem bullying na escola, tipo assim eu achei muito forte assim também toda pessoa tem direito de viver. É a natureza. [...] Acho que tipo assim, algumas pessoas são muito racista né? Isso mexe muito comigo. Tipo assim acho que eu fico imaginando o que essas pessoas passam na rua” (Dados da pesquisa empírica de Pacheco, 2024).

O quinto encontro da pesquisa de campo com as crianças, realizado no dia 24 de novembro de 2022, contou com a participação de oito crianças. Seguindo a dinâmica do encontro, as crianças responderam às perguntas relacionadas ao vídeo assistido da campanha publicitária “Avon tá On”.

Figura 4 – Dinâmica com a campanha “Avon tá on”



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador.

A pergunta feita: “Por que você acha que esse vídeo foi produzido assim?”

“Eu acho, para pessoas reconhecerem as pessoas de um jeito que elas são. Eu não vejo preconceito algum não eles mostrarem um homem botando, passando batom. Se ele quiser passar ele passa, o que ele quiser na cara dele, ele faz o que ele quiser da vida dele. Então, tipo assim, ele que escolheu isso para a vida dele. Então é isso que ele vai ser, tipo assim, as mulher também, pode ser o que elas quiser. Pode usar a roupa que quiser, usar tudo o que quiser, porque ninguém manda na vida de ninguém” (Dados da pesquisa empírica de Pacheco, 2024).

Por fim, a nossa participante mais transgressora, era preta, bastante extrovertida, participativa, comunicativa, com falas fortes de defesa das mulheres e pessoas LGBT.

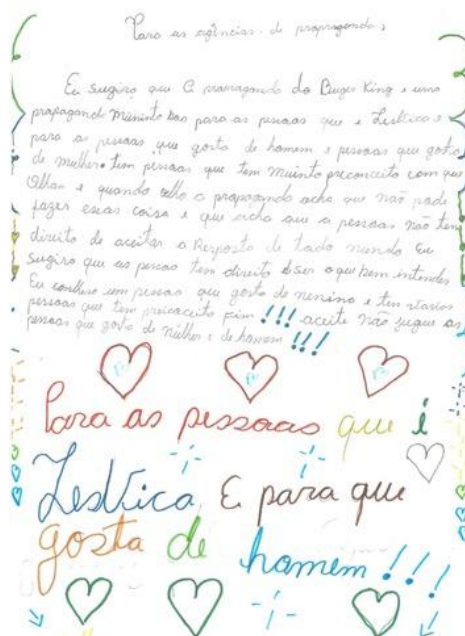
Durante os encontros, sem que fosse questionada acerca da própria sexualidade, ela se declarou lésbica perante o pesquisador, a auxiliar de pesquisa e os colegas participantes da pesquisa, e frisou que as pessoas “têm preconceito com isso”. O grupo não demonstrou surpresa. Porém, diante do fato, a menina, segundo a mãe, seria levada para morar no estado do Tocantins com a avó materna.

O texto da carta que ela escreveu no último encontro aos produtores das propagandas tratou exatamente do direito de as pessoas serem o que elas quiserem e pediu o respeito da sociedade. Pediu também para que não fossem julgadas.

Interessante é ressaltarmos que ela se refere à lésbica e pede respeito, mas não trata do termo gay quando pede respeito a esse grupo. Nesse caso, ela cita: “aqueles que

gostam de homem”. Fala do julgamento e do direito de se pronunciar quanto à sua sexualidade.

Figura 5 – Carta produzida no último encontro do campo empírico pela menina 1



Fonte: Dados da pesquisa empírica de Pacheco (2024).

É interessante observar, nesse caso, a postura da mãe da menina, que, ao mesmo tempo em que afirma aceitar a filha como ela é, reconhecendo que ela sempre será sua filha e que isso não mudará, em outro momento declara que “[...] ela não sabe o que realmente quer”, não reconhecendo, assim, o posicionamento identitário da filha e, de certa forma, deslegitimando-o. Mais adiante, em conversa com o pesquisador, a mãe deixa transparecer o motivo de sua desaprovação:

“É tipo assim, é muito estranho pegar, ver uma mulher com uma mulher né? Então eu respeito ela, mas eu conversei com ela, eu disse, ‘minha filha, está escrito na Bíblia que pode casar mulher com mulher? Qual é a igreja que aceita o casamento de mulher com mulher?’” (Dados da pesquisa empírica de Pacheco, 2024).

Nesse sentido, a fala da mãe da menina 1 — e não só dela — foi bastante emblemática e representativa da prevalência da religiosidade nesse contexto, como elemento não só de preconceito, mas de um pânico moral e uma preocupação latente das mães¹⁴ com o julgamento de terceiros e, sobretudo, de Deus, que não aprovaria “isso” jamais, como uma escolha “pecadora”.

Emblemático, nesse sentido, foi o fato de que, embora Pacheco (2024) tenha obtido a autorização das oito crianças, recebeu diversas negativas por parte de mães e avós. Ao se inteirarem do objetivo da pesquisa, essas mulheres demonstravam não apenas indignação com o convite, mas também “horror”, justificando de forma longa e veemente sua recusa com base na religião e/ou em Deus.

3 Resultados e Discussão: reflexões intergeracionais

A influência dos valores e a moral religiosa, no caso da mãe da menina — e como vimos, não só dela —, ficam muito evidentes como um óbice para um diálogo e amparo intergeracional ao contexto vivido e “descoberto” pela mãe da garota.

A própria invasão de privacidade na intimidade da filha escancara o medo e a fragilidade da mãe; a preocupação com o olhar de fora; a falta de apoio e esclarecimento sobre o tema — para além da religião — a culpa por “ir direto de casa pro trabalho; do trabalho pra casa”; e, principalmente o fato de estar sendo julgada tanto pela escola quanto pela mãe da namorada da menina, parece desconsertá-la ainda mais:

“[...] Fui chamada aqui no colégio. A mãe da menina acha que minha filha está iludindo a filha dela. Aí eu já peguei muitas cartas já, mas já conversei com ela porque o que está acontecendo é uma coisa assim muito já avançada entendeu? [...] Já está demais, e a menina fala que ama ela, que está apaixonada por ela. Tem cartas lá em casa que eu peguei na mochila dela e guardei.[...] E já não sei se foi eles que falaram pra mãe da menina. Eu sei que esses dias a mãe da menina me parou e me falou um bocado de coisa aí eu peguei e disse pra ela né que isso que estava acontecendo não era da parte da minha filha. E está acontecendo muita coisa, é muito doído [...]” (Dados da pesquisa empírica de Pacheco, 2024).

¹⁴ Frise-se “mães” porque foram elas que em sua maioria autorizaram ou negaram a participação das filhas. Em alguns casos, também as avós, quando estas eram as responsáveis.

Não podemos ignorar que, nesse contexto, também há um duplo paradoxo:

Os adultos permanecem cada vez mais tempo no espaço doméstico, tanto devido à mudança nas formas de organização do trabalho quanto ao desemprego crescente, enquanto as crianças saem mais de casa, sobretudo de sua crescente permanência nas instituições (Bazílio; Kramer, 2011, p. 132).

19

Esse fato sinaliza, então, uma troca de posições entre gerações, que indica também a necessidade de novos posicionamentos adultos em relação a esse novo momento vivido pelas crianças: de sociabilidades, questionamentos e participação públicas mais intensas, com novos referenciais e alargamento de horizontes na convivência com a diversidade.

É preciso abertura para escutar, dialogar, aprender, ensinar e se permitir também alargar os horizontes já enrijecidos pela vida adulta, expandindo a relação intergeracional.

No entanto, isso se torna cada vez mais difícil quando se trata de assuntos relacionados à sexualidade infantil e adolescente, em um Estado cujo Congresso Nacional, representante da maioria conservadora e religiosa do país, vem levantando a bandeira do medo e do pânico moral para “salvar a família e nossas crianças” a qualquer custo, mesmo que isso implique violentar a própria família e a própria criança.

Basta lembrar do mote usado para justificar a oposição à chamada “Ideologia de Gênero”, que funciona como um guarda-chuva sob o qual se agrupam todas as dissidências que ferem a moralidade tradicional, e dos programas “Escola para Todos” e “Escola sem Partido”, cujo fundamento central — nos três casos — é a preservação de um modelo específico de família: branca, rica, cristã, nuclear e patriarcal.

Sabe-se também que crianças de classe média, por exemplo, têm exercido grande influência sobre os adultos, que, por sua vez, vêm se mostrando cada vez mais negligentes, especialmente em relação ao consumo. Essa negligência, no entanto, não se estende às questões relacionadas aos valores identitários e religiosos, nas quais ocorre justamente o contrário, como evidencia o caso da família de nossa participante (Pacheco, 2024).

Por outro lado, as crianças das classes populares se veem obrigadas a assumir responsabilidades muito além de suas possibilidades, em uma postura autoritária, praticamente compulsória, por conta das desigualdades estruturais brasileiras. (Bazílio; Kramer, 2011).

Há, assim, a existência de dois posicionamentos adultos majoritários e extremos: a negligência e o autoritarismo. Um comporta o extremo do abandono; o outro, o extremo do não reconhecimento de suas condições de sujeito de direito para o desfrute de sua cidadania íntima.

Portanto, o cerne da questão reside na indisponibilidade da adulta na relação intergeracional. Não se pode ignorar que essa indisponibilidade está presente na vida contemporânea, em que muitos “desocupam seu lugar [...] em situações em que é fundamental que as crianças aprendam condutas, práticas e valores que só irão aprender se forem iniciadas pelo adulto. [...] Muitos adultos parecem indiferentes e não mais as iniciam” (Bazílio; Kramer, 2011, p. 134-5).

Contudo, é importante lembrar que não somente por indiferença essa iniciação não acontece, muitas vezes é sobre a falta de conhecimento ou escassez de informações, orientação e rede de apoio, sobre como lidar com temas delicados que dizem respeito às crianças, como ocorre com a mãe da menina 1 do grupo.

4 Considerações finais

Afinal, retomamos aqui a pergunta trazida no título: “Quem tem medo de criança subversiva?” Essa pergunta diante das análises e discussões realizadas nos dois campos empíricos, acabam se desdobrando em outras perguntas — ainda sem resposta — pelas limitações quantitativas e qualitativas do campos apresentados: a) Por que se tem medo das crianças que, em alguma medida, subvertem a norma?; e b) Como as famílias (ou adultas de referências das crianças) lidam com seu atributos subversivos que emergem publicamente?

Inclusive, em alguns casos, como o da menina 1 da pesquisa, a escola aparece mais como uma “inimiga” do que como uma “aliada” (Maroja, 2025) nesses processos subversivos, eximindo-se da responsabilidade de ter que discutir e/ou lidar com pautas vistas como um “problema” unicamente da família. Assim:

a mesma escola acolhe tácita e majoritariamente a vitalidade de representações que concebem a família como “instituição-ninho”, destinada a proteger os indivíduos contra as adversidades do mundo exterior, acaba esperando da família o que ela se recusa a fazer: “a função psíquica não só de diminuir as ansiedades existenciais dos seres humanos, como também de permitir e facilitar os processos de individuação” (Mello, 2005, p. 30).

Nos casos aqui analisados, percebemos que a família da participante Cloe consegue muito satisfatoriamente permitir e facilitar esses processos: além de iniciada, a garota foi acolhida pela família, cujo diálogo e desdobramentos de sua coragem perante a família se traduziu na própria essência de sua subversão, ao querer ir a público compartilhar com mais crianças/adolescentes e famílias iguais à sua.

O caso de Cloe, portanto, teve como efeito não só uma iniciação individual, mas também uma iniciação coletiva de diversas crianças. Sua família foi verdadeiro exemplo de uma postura intergeracional desejável, que ao mesmo tempo acolhe, respeita e trata de “criar” uma disponibilidade a partir da demanda concreta trazida pela garota.

Não se trata apenas de apoio, de sustentação e reconhecimento da identidade da criança, mas especialmente de respeito e validação de questões subversivas importantes que ela escolhe levar a público, quando o aval e a participação das adultas de referência (família, nesse caso) tornam-se essenciais.

Ao mesmo tempo, quando ela consegue convencer a mãe a criar uma página no Instagram, observa-se como um movimento individual pode se chocar com um pertencimento coletivo, já que “a centralidade das tecnologias digitais na sociedade também exerce efeitos sobre a produção dessas narrativas autocentradas” (Aymone; Lopes, 2024, n.p.). De forma semelhante, as autoras destacam o quanto, ao se dedicarem a essas narrativas:

[...] Um duplo ‘movimento de intersubjetividade’ acontece, já que as influenciadoras digitais tomam para si um papel de referência e acabam assumindo uma responsabilidade pela conscientização, informação e ajuda de outras famílias, ao mesmo tempo em que encontram também um lugar seguro para aprender e trocar (Aymone; Lopes, 2024, n.p.).

A medida em que mais crianças forem tendo a coragem de subverter, como Cloe e a menina 1, mais adultas começarão a entender que não é preciso ter medo delas: elas não são nossas inimigas nem estão competindo conosco, adultas. Pelo contrário, podem ser nossas parceiras e aliadas de aprendizado.

Já passou da hora de deixar de separar “coisas de adulto e “coisas de crianças”. A sociedade, conforme lembram Bazílio e Kramer (2011, p. 135), precisa parar de estigmatizar e separar adultos, jovens e crianças. “Como elas irão aprender a compartilhar se tudo lhes é oferecido de modo isolado?”

É possível aprender com todas, independentemente da geração a que pertençam. Tal processo, entretanto, pressupõe a democratização e a horizontalidade também no âmbito da vida privada, bem como a existência de condições objetivas que permitam a crianças e adultas exercerem sua cidadania íntima em cada espaço de convivência. Para tanto, torna-se necessário revisar as normas, acordos, consensos, práticas e valores que estruturam as relações intergeracionais. Cumpre ressaltar que, mesmo no esforço de subversão, as crianças dependem de estar integradas e de sentir-se apoiadas por adultas de referência.

Referências

AYMONE, Betina Nelsis; LOPES, Rita Sobreira. A experiência da Dupla Maternidade: Análises de Redes Sociais de Casais de Mães influenciadoras. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 24, e77634, 2024. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812024000100309 Acesso em: 25 mar. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAZÍLIO, Luiz Cavalieri; KRAMER, Sonia. **Infância, Educação e Direitos Humanos**. São Paulo: Cortez, 2011.

CANEVACCI, Massimo. **Dialética da família**: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva. São Paulo: Brasiliense, 1985.

EINSENBERG, Nancy. **Infancia y conductas de ayuda**. Madrid: Morata, 1999.

FERNANDES, Natália. **Infâncias, direitos e participação** – representações, práticas e poderes. Porto: Edições Afrontamento, 2009.

GAITÁN, Lourdes. **Entrevista**. Madri. 8 fevereiro. 2024.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira; WOLF, André Guimarães; OLIVEIRA, Eliane Vieira. “Não podemos falhar”: a busca pela normalidade em famílias homoparentais. In: GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz (org.). **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 277-299.

GONZÁLEZ, María del Mar *et al.*. **Dinámicas familiares, organización de la vida cotidiana y desarrollo infantil y adolescente en familias homoparentales**. Andalucía: Consejería del Defensor del Menor de la Comunidad de Madrid, 2002.

hooks, bell. **Tudo sobre o amor**. São Paulo: Elefante, 2021.

MACHADO, Angelita Maria; SALVA, Sueli. Ser menino e ser menina em uma turma de crianças de multidade no contexto da Educação Infantil: diálogos sobre identidade de gênero. **Educação e Formação**, v. 9, p. e11961, 2024. DOI: [10.25053/eduform.v9.e11961](https://revistas.uece.br/index.php/eduform/article/view/11961). Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/eduform/article/view/11961>. Acesso em: 24 mar. 2025.

MAROJA, Daniela. **Entre a dor e o amor**: Parentalidades lésbicas, cidadania íntima e sociabilidades infantis na Educação. 261 p. Tese. (Doutorado em Educação). Escola de Formação de Professores e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2024. Acesso em: 29 mar. [Ainda não disponível].

MARCHI, Rita de Cássia. Gênero, infância e relações de poder: interrogações epistemológicas. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 37, p. 387–406, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645026>. Acesso em: 24 mar. 2025

MEIRIEU, Phillipe. **Frankstein educador**. Buenos Aires: La Plata, 1998.

MELLO, Luiz. **Novas famílias**: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

NASCIMENTO, Verônica Pereira do; SOBRAL, Catarina; CARVALHO, Carolina. Percepções sobre os direitos da criança: um estudo no primeiro ciclo em Portugal. **Educação e Formação**, v. 7, p. e8122, 2022. DOI: [10.25053/redufor.v7.e8122](https://doi.org/10.25053/redufor.v7.e8122). Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/8122>. Acesso em: 24 mar. 2025.

PACHECO, Rodrigo da Paixão. **Com os olhos de criança**: diversidade e diferenças demarcando os modos de ver o mundo. 239 p. Tese. (Doutorado em Educação) - Escola de Formação de Professores e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2024. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/browse?type=author&value=Pacheco%2C+Rodrigo+da+Paix%C3%A3o>

ⁱ **Daniela Maroja Ribeiro**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7207-0567>

Doutora em Educação (PUC-Goiás), Mestra em Direitos Humanos (UFG) e graduada em Direito (PUC-Goiás). Atualmente é professora substituta do curso de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG) – Campus Goiás.

Contribuição de autoria: estruturação, sistematização, pesquisa empírica, escrita e revisão.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7606379937325867>

E-mail: danielamaroja2@gmail.com

ⁱⁱ **Rodrigo da Paixão Pacheco**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7320-4157>

Doutor em Educação, Mestre em Serviço Social, Bacharel em Administração e Direito, todos pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (GO). Atualmente é professor do programa do governo federal que instituiu o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) da PUC-GO.

Contribuição de autoria: pesquisa empírica e escrita.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8746927186429931>

E-mail: adm.rodrigopp@gmail.com

Editora responsável: Genifer Andrade

Especialista *ad hoc*: Fabio Zoboli e Scarlett O'hara Costa Carvalho.

Como citar este artigo (ABNT):

MAROJA, Daniela; PACHECO, Rodrigo da Paixão. A menina trans e a menina lésbica: quem tem medo de criança subversiva?. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 7, e15340, 2025. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/15340>